

Protestos no Itaú

Trabalhadores denunciam demissões e precarização

PAGINA 3

Campo Mourão



Desafios e conquistas da categoria bancária contra o assédio sexual

Nas últimas campanhas nacionais, as bancárias e bancários conseguiram avanços importantes na Convenção Coletiva de Trabalho. **PÁGINA 2**

Banco do Brasil

Ampliação do trabalho remoto é conquista dos empregados **PÁGINA 3**

É hora de lutar por um Brasil mais justo!

Contraf-CUT convoca a categoria a participar do Plebiscito Popular



Os Sindicatos do Pactu participam da coleta de votos

O Plebiscito Popular “Por um Brasil Mais Justo” começou no dia 1º de julho e vai até o dia 7 de setembro. A população brasileira tem a oportunidade de opinar sobre temas urgentes e pressionar o Congresso Nacional por mudanças fundamentais.

Responda: você é a favor da redução da jornada de trabalho sem redução salarial e pelo fim da escala 6x1? Você é a favor de que quem ganha mais de R\$ 50 mil pague mais imposto para que quem recebe até R\$ 5 mil não pague imposto de renda? A Contraf-CUT lembra que a participação da categoria bancária é imprescindível. **PAGINA 4**

Vitórias da categoria bancária contra o assédio sexual

Nas últimas campanhas nacionais, a categoria bancária conseguiu avanços importantes na luta contra um mal que ameaça trabalhadoras e trabalhadores nos bancos: o assédio sexual.

Durante anos, o Comando Nacional dos Bancários tentou incluir cláusulas na Convenção Coletiva de Trabalho, visando combater o assédio sexual e outras formas de violência no trabalho, mas enfrentava a resistência dos bancos. Em 2022, no entanto, a história começou a mudar. Naquele ano, após intensas negociações na mesa de Igualdade de Oportunidades, pela primeira vez a categoria conseguiu aprovar uma cláusula na CCT prevendo ações contra o assédio sexual. Na época, eram muitas as denúncias de assédio sexual no sistema financeiro, o que demonstrava a necessidade urgente de avanço nesse tema.

O que mais contribuiu para quebrar a resistência dos banqueiros foi o escândalo revelado pela imprensa, envolvendo o assédio sexual praticado pelo então presidente da Caixa Econômica Federal,

Pedro Guimarães. Na época, o Comando Nacional apresentou, sem citar o nome de vítimas, vários casos de assédio relatados aos sindicatos. Em muitos casos, os assediadores foram protegidos pelos superiores e as vítimas, caladas ou até punidas com transferências.

Esse fato foi determinante para novas conquistas das bancárias e bancários. A Convenção Coletiva Nacional assinada em 2024 incluiu várias cláusulas (da 87 a 94) que tratam do “Assédio Moral, Sexual e Outras Formas de Violência no Trabalho Bancário”, previstas para entrar em vigor em setembro de 2025. Essas cláusulas representam um grande avanço nas relações de trabalho da categoria bancária, sendo inéditas em convenções coletivas e, inclusive, antecipando até mesmo a atualização da NR-01 (Norma Regulamentadora nº 01), do Ministério do Trabalho, que trata da prevenção e redução de riscos psicossociais e introduz a obrigatoriedade de identificar e gerenciar esses riscos no ambiente de trabalho.



Canais de denúncia são um avanço



Na luta contra o assédio moral, sexual e outras formas de violência no trabalho bancário, uma das grandes conquistas da categoria ocorreu em 2024: são os canais de denúncias, através dos quais bancárias e bancários, sem necessidade de se identificarem, podem denunciar os assediadores. Segundo a Fenaban, 100% dos bancos estão com os canais de denúncia funcionando. Vale lembrar que na Convenção Coletiva de Trabalho de 2024, os bancários e bancárias também conseguiram o compromisso dos bancos de declarações de repúdio ao assédio sexual. A Fenaban informou que 89% dos bancos já fizeram declarações públicas de repúdio a violência e que os outros 11% prometem realizar esse passo ainda neste ano.

Sindicatos cobram mais eficiência

A Contraf-CUT acredita que os canais de denúncia contra o assédio sexual podem ser mais eficientes e, por isso, tem cobrado mudanças. Entre os pontos que precisam ser repensados está o prazo de retorno.

Atualmente os bancos têm 45 dias para dar um retorno sobre as denúncias, prorrogáveis por mais 45 dias. Atualmente, 68,9% dos casos duram até 45 dias entre o recebimento de denúncia até a resolução do caso, enquanto que 31,1% duram mais de 45 dias. Para a Contraf-CUT, esse período, que pode chegar até 90 dias, é muito tempo para quem está sofrendo violência no trabalho. Outra proposta é separar o tratamento do assédio sexual das outras formas de violência, uma vez que o primeiro é mais sensível e pode, inclusive, envolver polícia e Ministério Público.

Trabalhadores do Itaú protestam contra demissões e precarização

No dia 8 de julho, os trabalhadores e trabalhadoras do Itaú realizaram um Dia Nacional de Luta contra o fechamento de agências, o adoecimento mental e a precarização do emprego no setor. Em várias cidades do país, foi retardada a abertura de agências e houve distribuição de material informativo com denúncias sobre os diversos problemas que vêm ocorrendo no banco. Os Sindicatos do Pactu também realizaram manifestações nas agências do Itaú. O movimento sindical denunciou que mesmo com lucros bilionários, que passaram de R\$ 11 bilhões no primeiro trimestre deste ano, o Itaú continua fechando agências, demitindo, sobrecarregando funcionários e, ao contrário das propagandas que faz, ignorando sua responsabilidade social. Durante o Dia Nacional de Luta, o movimento sindical reforçou várias reivindicações ao Itaú. Entre elas estão: fim das metas abusivas e das realocações forçadas, contratação de mais trabalhadores, reabertura de agências essenciais, transparência no programa GERA e segurança e dignidade para quem trabalha.



Acesse e leia mais!



Itaú mantém intransigência sobre a bolsa educação

Mantendo uma postura de total desrespeito com seus empregados e empregadas, o banco Itaú mais uma vez se negou a buscar uma solução equilibrada e justa para a bolsa educação. Em audiência no Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal, dia 2 de julho, com representantes da Fetec-CUT/PR, Fetraf-MG e Fetec-CUT/Centro Norte, foi proposto que o banco retirasse do acordo a cláusula de quitação das horas extras, abrindo caminho para o retorno da bolsa educação. No entanto, o Itaú recusou qualquer diálogo e manteve uma postura intransigente, afirmando categoricamente: “ou assina tudo, ou não assina nada”. O movimento sindical denuncia que o Itaú tenta impor uma chantagem institucional, trocando uma conquista histórica dos trabalhadores, a bolsa educação, pela quitação de um direito inegociável: as horas extras devidas. “Isto é gravíssimo, pois o Itaú tenta impor a insegurança jurídica aos funcionários para se livrar dos excessos que ele mesmo comete”, afirma o presidente da Fetec-CUT/PR, Deonísio Schmidt.



Acesse e leia mais!

Negociações sobre acordo do Saúde Caixa começam em julho

Após insistentes cobranças da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, o banco agendou negociações para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho específico do Saúde Caixa. A primeira reunião acontecerá na terceira semana de julho. “A definição é muito importante para as empregadas e empregados da Caixa”, avaliou a Comissão, que classificou o tema como “um dos mais importantes” a serem tratados neste ano com o banco. Uma das principais reivindicações é o fim do teto de gastos da Caixa com a saúde dos empregados e empregadas e reajuste zero nas mensalidades do Saúde Caixa em 2025.

Banco do Brasil

Ampliação do trabalho remoto é conquista dos empregados

Em reunião realizada no dia 8 de julho, o Banco do Brasil anunciou à Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB) a ampliação do número de escritórios e de superintendências com o regime de Teletrabalho Remoto Institucional (TRI), combinando dias de trabalho presencial com dias de trabalho remoto. Já a partir de julho, o número de escritórios nesse sistema passa de 19 para 50 unidades, e o número de superintendências de 12 para 25 unidades. A CEBB destacou que a ampliação do trabalho remoto é uma conquista que têm relação com a qualidade de vida da bancária e do bancário do BB. Também argumentou que esse direito deve ser nivelado para todas as unidades, para que em todos os locais os funcionários e funcionárias possam ter, pelo menos, dois dias de *home office*. O BB informou que poderá haver, futuramente, uma revisão para aumentar os dias de trabalho não presencial.



Acesse e leia mais!

Plebiscito Popular já começou

Está em curso desde o dia 1º de julho o Plebiscito Popular “Por um Brasil Mais Justo”. A votação, em todo o país, se estenderá até o dia 7 de setembro. A Contraf-CUT está convocando todas as bancárias e bancários a votarem. O Plebiscito é organizado pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo, com apoio dos movimentos sociais, centrais sindicais, juventude, artistas, entidades de fé e partidos progressistas, para ouvir a população brasileira sobre temas urgentes e pressionar por mudanças fundamentais. A participação na votação é voluntária, mas muito importante para pressionar o Congresso Nacional por uma reforma tributária justa, para defender a qualidade de vida da classe trabalhadora e para construir um Brasil mais igualitário e democrático. A votação pode ser feita em urnas físicas (disponibilizadas em sindicatos, praças, igrejas, terminais de transporte, escolas e locais de trabalho) ou digitais. A Contraf-CUT disponibilizou uma urna digital, que pode ser acessada no QRCode ao lado!



O QUE O PLEBISCITO QUER SABER?

- ✓ Você é a favor da redução da jornada de trabalho sem redução salarial e pelo fim da escala 6x1?
- ✓ Você é a favor de que quem ganha mais de R\$ 50 mil pague mais imposto para que quem recebe até R\$ 5 mil não pague imposto de renda?

Para votar pela urna digital gerada pela Contraf-CUT, acesse o QRCode abaixo!



Mulheres propõem ações para proteção da saúde mental

O Coletivo de Mulheres da CUT Paraná realizou uma conferência virtual, no dia 5 de julho, onde foram debatidas ações para a saúde mental das mulheres trabalhadoras. O evento foi preparatório para a V Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres. A CUT Paraná afirmou que as propostas construídas refletem as demandas mais urgentes e serão a base para garantir que saúde, segurança e igualdade sejam prioridades em todas as esferas.



Acesse e leia mais!

Fetec-CUT/PR realizou Seminário sobre IA

No dia 09/07, a Fetec-CUT/PR (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Estado do Paraná) realizou um Seminário por vídeo com o tema “Inteligência Artificial e seus Impactos sobre a Sociedade”. O evento contou com palestra do Prof. Dr. Paulo Ricardo Lisboa de Almeida, da UFPR e foi preparatório para a Conferência Estadual e Nacional dos Bancários e Bancárias de 2025, reunindo mais de 100 dirigentes sindicais de todo o estado do Paraná. Deonísio Schmidt, presidente da Fetec-PR, afirmou que “a IA é um tema que está moldando o presente e o futuro da categoria bancária e é fundamental para o desenvolvimento profissional. Ao mesmo passo, dirigentes sindicais precisam se aprofundar, para se prepararem adequadamente para o debate com os banqueiros sobre suas consequências sobre as atividades do sistema financeiro”, concluiu Deonísio.

Aumenta a pressão pela taxaçoão do super-ricos

No dia 10 de julho, a CUT e outras entidade que compõem as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo promoveram, em São Paulo, mais uma grande manifestação pela taxaçoão dos super-ricos. Com o mote “Centrão, o povo não vai pagar a conta”, o protesto pressionou o Congresso Nacional a aprovar a criação de um imposto mínimo, que será aplicado a pessoas com rendimentos anuais superiores a R\$ 600 mil. A alíquota desse imposto será progressiva, podendo alcançar até 10% para aqueles que ganham mais de R\$ 1,2 milhão por ano. Essa medida deve impactar cerca de 141,4 mil contribuintes de alta renda, que atualmente pagam uma média de apenas 2,5% em impostos. Além de pedir a taxaçoão dos bilionários, a manifestação também reivindicou o fim da escala 6 X 1 e a redução da jornada de trabalho sem redução salarial.